

SIMULADO GRÁTIS II:

POLÍCIA MILITAR DO RIO DE JANEIRO



**PMERJ
2021**

Oficial

**70 QUESTÕES ATUALIZADAS
QUESTÕES DISCURSIVAS
GABARITO REVISADO**

**TEMPO:
05H**

"SÓ SE PODE
ALCANÇAR UM
GRANDE ÊXITO
QUANDO NOS
MANTEMOS FIÉIS
A NÓS MESMOS"



SimuladosBR.Net



PROVA ESCRITA OBJETIVA

Direito Administrativo

01. Com base na Lei nº 12.846/2013, assinale a alternativa que apresenta os termos necessários ao correto preenchimento das seguintes lacunas: “O _____ não exime a pessoa jurídica da obrigação de _____ o dano causado”.

- A acordo de leniência; minimizar
- B acordo de leniência; reparar integralmente
- C termo de ajustamento de conduta; indenizar totalmente
- D inquérito administrativo; reparar parcial ou totalmente
- E inquérito administrativo; indenizar integralmente

02. Assinale a opção que apresenta o posto do militar que compõe o círculo dos oficiais intermediários

- A Tenente Coronel BM;
- B Capitão BM;
- C Major BM;
- D 2º Tenente BM;
- E Coronel BM.

03. Maria de Souza prestou concurso para o cargo público de enfermeira junto à secretaria de saúde do Estado do Rio de Janeiro, tendo obtido o 4º lugar no certame. O edital mencionava haver quatro vagas, mas Maria não chegou a ser convocada, tendo expirado o prazo do certame. Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- A Há direito de Maria de Souza à nomeação, já que foi aprovada dentro do número de vagas do edital.
- B Não existe direito adquirido à nomeação, por que o Estado tem o poder discricionário de nomear ou não os aprovados.
- C O direito de Maria é o da observância da ordem de aprovação no certame, não o de ser nomeada.
- D Maria tem direito à nomeação, tanto que o Estado revalide o resultado do concurso público.
- E O concurso perdeu validade, porque o prazo do edital expirou e Maria não pode mais ser nomeada.

04. O procedimento de direito público pelo qual o Poder Público transfere para si a propriedade de terceiro, por razões de utilidade pública ou de interesse social, normalmente mediante o pagamento de indenização, é chamado pelo ordenamento jurídico de:

- A concessão;
- B desapropriação;
- C permissão;
- D cassação;
- E tombamento.

05. A Administração Pública é a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade, no âmbito Federal, Estadual e Municipal, segundo os preceitos de direito e da moral, visando ao bem comum. A respeito dos princípios da Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- A Têm o encargo de defender, conservar e aprimorar os bens, serviços e interesses da coletividade.
- B Condicionam os atos administrativos a serem praticados pelo administrador no desempenho do múnus público que lhe é confiado.
- C Constituem os fundamentos da ação administrativa, ou seja, o sustentáculo da atividade pública.
- D Impõem a todo agente público o direito de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional.
- E São os mecanismos de frenagem de que dispõe a Administração Pública para conter os abusos do direito individual.

06. Poderes administrativos consistem no conjunto de prerrogativas de direito público que a ordem jurídica confere aos agentes administrativos para viabilizar a sobreposição do interesse público ao interesse privado e permitir que o Estado alcance seus fins. Nesse sentido, é hipótese de poder regulamentar quando um:

- A governador de Estado edita um decreto contendo atos gerais para complementar determinada lei e permitir a sua efetiva aplicação;
- B guarda de trânsito, no exercício de suas funções, coordena o tráfego de veículos para evitar engarrafamento em uma movimentada via pública;
- C fiscal de posturas realiza fiscalização nas instalações de um mercado e flagra uma série de irregularidades que levam à sua interdição;
- D chefe de cartório, a pedido da parte interessada, emite uma certidão contendo informações específicas sobre determinado processo;
- E agente do Procon, após regular processo administrativo, multa determinada agência bancária, por ofensa reiterada aos direitos do consumidor.

07. Em matéria de elementos do ato administrativo, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, é correto afirmar que a competência:

A decorre da lei, razão pela qual não pode o próprio órgão estabelecer, por si, as suas atribuições;
B é derogável, seja pela vontade da Administração, seja por acordo com terceiros;
C não pode ser, em qualquer hipótese, objeto de delegação, sob pena de nulidade absoluta;
D não pode ser, em qualquer hipótese, objeto de avocação, sob pena de nulidade relativa;
E pode ser objeto de delegação somente no que se refere à edição de atos de caráter normativo

08. Incluem-se no conceito de Administração Pública Indireta:

- I. os ministérios;
- II. as empresas públicas;
- III. as fundações públicas;
- IV. as organizações não governamentais;
- V. as concessionárias de serviços públicos.

Completa(m) corretamente o enunciado acima

- A apenas os itens III e IV.
- B apenas o item I.
- C todos os itens.
- D apenas os itens II e III.
- E apenas os itens I, IV e V.

09. Na celebração de cada consórcio público, havendo recursos repassados, impõe-se a autorização legislativa de cunho:

- A genérico.
- B específico.
- C resolutivo.
- D ampliativo.
- E restritivo.

10. A Lei n. 9.784/99, que disciplina o processo administrativo federal, estabelece requisitos necessários à validade e eficácia da avocação no processo administrativo. Dentre eles, não se inclui:

- A perenidade.
- B motivação.
- C relevância.
- D excepcionalidade.
- E transitoriedade.

11. A Lei nº 8.666/93 estabelece que as obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

- A houver previsão do valor total do contrato, independentemente de projeto básico aprovado pela autoridade competente;
- B existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição dos seus principais custos unitários (mais da metade do valor da contratação);

- C houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- D for incluído, no objeto da licitação, o fornecimento de materiais e serviços, ainda que sem previsão de quantidades, desde que haja orçamento detalhado em planilha;
- E for incluída, no objeto da licitação, a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem.

12. No que se refere à Lei n.º 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- A A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de concorrência ou tomada de preços.
- B Considera-se parceria público-privada a concessão comum, ou seja, a concessão de serviços públicos ou de obras públicas, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- C Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- D A repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária devem estar previstos nos contratos de parceria público-privada.
- E É permitida a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra.

13. Com relação aos temas revogação e anulação dos atos administrativos, assinale a afirmativa correta.

- A A revogação não pode ser anulada.
- B O Judiciário têm o dever de revogar os atos administrativos ilegais.
- C Um ato administrativo que já exauriu seus efeitos pode ser revogado.
- D Os efeitos da anulação retroagem à data do ato.
- E Somente os atos administrativos vinculados podem ser anulados.

14. A licença é a autorização para o afastamento total do serviço, em caráter temporário, concedido ao Policiais Militar, obedecidas as disposições legais e regulamentares. Dentre as opções a seguir, assinale aquela que NÃO caracteriza licença.

- A especial;

- B permanente;
- C para tratamento de interesse particular;
- D para tratamento de saúde de pessoa da família;
- E para tratamento de saúde própria.

Direito Constitucional

15. Com relação aos meios de controle judicial, analise o fragmento a seguir: "é o instrumento constitucional que será concedido para assegurar à pessoa física ou jurídica o conhecimento de informações contidas em registros concernentes ao postulante e constante de repartições públicas ou particulares acessíveis ao público, ou para retificação de dados pessoais." Assinale a alternativa que define o meio de controle contido no fragmento.

- A Ação Popular.
- B Habeas Data.
- C Habeas Corpus.
- D Mandado de Segurança Coletivo.
- E Mandado de Segurança Individual.

16. São considerados órgãos do Poder Judiciário, conforme a Constituição Federal:

- A O Superior Tribunal de Justiça, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
- B O Supremo Tribunal Federal, o Conselho da Justiça Federal e os Tribunais e Juízes Militares.
- C O Superior Tribunal de Justiça, o Conselho Nacional da Magistratura e os Tribunais e Juízes do Trabalho.
- D Os Tribunais e Juízes do Trabalho, do Conselho de Defesa Nacional e dos Tribunais e Juízes Militares.
- E O Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e os Tribunais e Juízes da Fazenda.

17. O texto constitucional dispõe que o patrimônio cultural brasileiro é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- A o patrimônio cultural brasileiro inclui obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, excluídas as criações científicas e tecnológicas;
- B os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico fazem parte do patrimônio cultural brasileiro;

C a lei não pode estabelecer incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais, já que todos os particulares são iguais perante a lei, devendo por isso receber o mesmo tratamento;

D os Estados e o Distrito Federal devem obrigatoriamente vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais;

E não é permitida a interferência da comunidade na proteção ao patrimônio cultural brasileiro, que deverá ser feita pelo poder público por meio de inventários, registros, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

18. João, com 17 anos, 11 meses e 29 dias de idade, fisicamente desenvolvido e plenamente consciente dos seus atos, foi conduzido à delegacia de polícia por ter sido detido no momento em que praticava uma conduta que se enquadrava em descrição típica do Código Penal Brasileiro, à qual era cominada pena mínima de 3 anos de reclusão e cuja persecução penal se iniciava mediante ação penal pública. Nesse caso, à luz da sistemática constitucional vigente, João:

A responderá por ato infracional e, por força do princípio da paridade, sofrerá medida privativa de liberdade por prazo idêntico à pena cominada ao crime;

B responderá por crime, considerando a sua condição física e plena consciência dos atos praticados, mas não poderá sofrer a pena de reclusão;

C responderá por ato infracional e, caso sofra medida privativa de liberdade, devem ser observados os princípios da brevidade e da excepcionalidade;

D responderá por crime, considerando a data provável de início da persecução penal, mas deverá ser recolhido em cela separada;

E não responderá pela conduta, considerando a pena cominada e a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

19. O Juiz de Direito da Comarca Alfa proferiu sentença nitidamente contrária ao teor de súmula vinculante.

À luz da sistemática constitucional, o meio adequado para cassar a referida sentença, com a consequente determinação de que outra seja proferida, é:

- A o recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal;
- B o recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça;
- C o recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça;
- D o recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal;
- E a reclamação ao Supremo Tribunal Federal.

20. A Constituição da República de 1988, ao tratar das disposições gerais da administração pública, estabelece que:

A a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação eleitoral e partidária;

B os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário deverão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

C a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias é permitida para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

D os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público deverão ser computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

E a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

21. Antônio tomou posse como Prefeito do Município do Rio de Janeiro e convidou o seu amigo João, empresário do ramo hoteleiro e pessoa de sua inteira confiança, para chefiar determinada repartição pública. À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que João:

A somente pode ser nomeado caso seja aprovado em concurso público;

B somente pode ser nomeado para ocupar um cargo em comissão;

C somente pode ser nomeado para exercer uma função de confiança;

D pode ser nomeado para ocupar um cargo de provimento efetivo ou um cargo em comissão;

E pode ser nomeado para ocupar um cargo em comissão ou exercer uma função de confiança.

22. Paulo perguntou ao seu amigo João o que diferencia os “direitos sociais” dos “direitos e garantias individuais e coletivos”. Como a única resposta que João poderia ter dado, corretamente, é:

A a liberdade de ir e vir é um dos principais direitos individuais;

B o direito social é da sociedade, não do indivíduo;

C a educação é uma liberdade, logo, um direito individual;

D o direito de propriedade é um dos principais direitos sociais;

E a proteção da saúde não está prevista entre os direitos sociais.

23. Ednaldo tinha o sonho de seguir carreira na política e almejava criar um partido político. Para tanto, procurou seu amigo Augusto e perguntou quais as características de um ente dessa natureza. O seu amigo formulou diversas proposições, mas somente uma está em harmonia com a ordem constitucional. A proposição correta é:

A pode ser regional;

B é inicialmente estadual;

C é necessariamente nacional;

D integra a administração pública direta;

E integra a administração pública indireta.

24. Peter, filho de cidadãos norte-americanos, nasceu em Alagoas quando seus pais ali estavam em gozo de férias. Após o nascimento, foi para os Estados Unidos da América do Norte e jamais retornou à República Federativa do Brasil. À luz da sistemática constitucional, Peter:

A é brasileiro nato;

B é brasileiro naturalizado;

C é brasileiro nato, desde que requeira a nova nacionalidade aos 18 anos de idade;

D é brasileiro naturalizado, se requerer a naturalização aos 18 anos de idade;

E não é brasileiro.

25. Sobre os direitos dos cidadãos, avalie as afirmativas a seguir.

I. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

II. É assegurado a todos o acesso à informação, resguardado o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional.

III. É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

Está correto o que se afirma em:

A I, somente.

B I e II, somente.

C I e III, somente.

D II e III, somente.

E I, II e III.

26. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição. Em matéria de competência não legislativa (administrativa ou

material) dos Municípios, o texto constitucional dispõe que lhes compete:

A promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

B exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão, com a prévia aprovação do Ministério Público;

C explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei que disporá sobre a organização dos serviços;

D organizar, manter e executar a inspeção do trabalho, com interlocução constante com o Ministério do Trabalho e o Ministério Público;

E autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico nos limites circunscricionais de seu território e com prévia autorização do Ministério Público.

27. Servidor público estadual pleiteia aposentadoria junto ao órgão no qual trabalhou durante todo o período como servidor. Seis meses depois, o requerimento é indeferido, e é negado o seu pedido de acesso ao processo administrativo. Nessa hipótese, para ter acesso ao processo administrativo, o servidor deverá

A impetrar habeas data.

B impetrar habeas corpus.

C impetrar mandado de segurança.

D impetrar mandado de injunção.

E apresentar, com antecedência, recurso administrativo contra o indeferimento do pedido de vista.

28. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro, em título relacionado aos princípios fundamentais, enfatiza a importância do povo como o sujeito da vida política e da história do Estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, dispõe expressamente que a soberania popular se manifesta quando a todos são asseguradas condições dignas de existência, e será exercida

A pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto com valor igual para todos, pelo plebiscito, pelo referendo e pela iniciativa popular do processo legislativo.

B pela livre manifestação da vontade popular mediante a apresentação de requerimentos ao Poder Público amparados pela assinatura de, no mínimo, dois por cento do eleitorado do Estado.

C mediante pleno acesso aos órgãos públicos e às autoridades políticas.

D pelo voto direto, secreto, censitário e periódico e pela possibilidade de livre acesso às audiências públicas com o Governador do Estado.

E mediante solicitação ao Governo e à Assembleia Legislativa estadual para a utilização de espaços públicos para a realização de passeatas, reivindicações e manifestações políticas.

Direito Penal

29. Assinale a afirmativa incorreta.

A O erro de tipo incide sobre os elementos que integram o tipo penal, abrangendo qualificadoras, causas de aumento e agravantes.

B O erro de tipo exclui o dolo, mas o comportamento pode ser punido a título culposos se o erro for escusável.

C O erro de proibição incide sobre a ilicitude do fato, atuando como causa excludente de culpabilidade.

D No crime putativo, o agente crê estar cometendo um delito e age com consciência do ilícito, mas não é crime; no erro de proibição o agente acredita que nada faz de ilícito, quando, na realidade, trata-se de um delito.

E O erro quanto aos pressupostos fáticos de uma causa de exclusão de ilicitude, o erro quanto à existência de uma causa excludente de ilicitude e o erro quanto aos limites de uma excludente de antijuridicidade são considerados discriminantes putativos.

30. Carlos, imbuído de pernicioso lascívia concupiscente em face de sua colega de trabalho, Joana, resolve estuprá-la após o fim do expediente. Para tanto, fica escondido no corredor de saída do escritório e, quando a vítima surge diante de si, desfere-lhe um violento soco no rosto, que a leva ao chão. Aproveitando-se da debilidade da moça, Carlos deita-se sobre a mesma, já se preparando para despi-la, porém, antes da prática de qualquer ato libidinoso, repentinamente, imbuído de súbito remorso por ver uma enorme quantidade de sangue jorrando do nariz de sua colega, faz cessar sua intenção e a conduz ao departamento médico, para que receba o atendimento adequado. Em relação a sua conduta, Carlos:

A responderá por estupro tentado, em virtude da ocorrência de tentativa imperfeita;

B não responderá por estupro, em virtude da desistência voluntária;

C não responderá por estupro, em virtude de arrependimento eficaz;

D não responderá por estupro, em virtude de arrependimento posterior;

E responderá por estupro consumado, pois atualmente a lei não exige a prática de conjunção carnal para a configuração desse delito.

31. Caio, ao cessar suas atividades empresariais, determina que o responsável por inscrever informações na Carteira de Trabalho e Previdência Social dos funcionários inclua no documento a informação de que os empregados foram demitidos em 01.02.2017, enquanto, na verdade, o vínculo empregatício foi rompido em 01.05.2017. Descobertos os fatos, a Caio:

- A não poderá ser aplicada qualquer pena, já que não foi ele que inseriu a informação na carteira de trabalho;
- B será aplicada a pena do crime de falsificação de documento público;
- C será aplicada a pena do crime de falsificação de documento particular;
- D será aplicada a pena do crime de falsidade ideológica de documento público;
- E será aplicada a pena do crime de certidão ou atestado ideologicamente falso.

32. Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral abaixo elencados, o único que admite a modalidade culposa é:

- A peculato;
- B concussão;
- C corrupção passiva;
- D prevaricação;
- E advocacia administrativa.

33. À luz do que dispõe o direito brasileiro sobre os crimes hediondos,

- A somente recebem essa classificação os crimes consumados em razão do princípio da reserva legal.
- B é obrigatória a fixação de regime inicial fechado para o cumprimento da pena.
- C todas as modalidades de tráfico de drogas são equiparadas a crime hediondo, o que não ocorre no crime de associação para o tráfico.
- D sua prática autoriza a majoração da pena-base acima do mínimo legal.
- E existe vedação legal expressa à concessão dos institutos da graça e do indulto

34. Quando em discussão, ocorrida entre o casal Luciano e Vanessa, casados há muitos anos, o cônjuge-varão vem a agredir sua esposa, causando-lhe lesões corporais leves. Levados à delegacia de polícia local, Luciano é preso em flagrante delito. Vanessa, por seu turno, se revela arrependida de ter acionado o aparato policial, razão pela qual afirma ao delegado de polícia seu desejo de “retirar a queixa”, tendo a autoridade policial esclarecido, à ocasião, que sua manifestação de vontade seria fator absolutamente

irrelevante para o prosseguimento dos atos de investigação penal. No caso, a hipótese é de:

- A lesão corporal qualificada pela violência doméstica, que se persegue pela via da ação penal pública condicionada, sendo, portanto, indispensável expressa autorização da vítima;
- B lesão corporal qualificada pela violência doméstica, que se persegue pela via da ação penal pública incondicionada, conforme orientação já pacificada no âmbito do Supremo Tribunal Federal;
- C ação de iniciativa privada, cabendo à vítima, ou a qualquer interessado, a deflagração da ação penal;
- D ação penal pública incondicionada, que pode ser deflagrada pela própria autoridade policial ou por terceiro interessado;
- E arquivamento, a critério da autoridade policial, que deverá recorrer, de ofício, ao chefe de polícia.

35. No que tange à imputabilidade, certo é afirmar que se trata de um conjunto de requisitos pessoais que conferem ao indivíduo capacidade para que, juridicamente, lhe possa ser atribuído um fato delituoso. Não excluem a imputabilidade:

- A A menoridade penal
- B O desenvolvimento mental incompleto ou retardado
- C A doença mental
- D A emoção ou a paixão
- E A embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior

36. Victor abordou um grupo de três pessoas que estava no interior de um coletivo e, mediante grave ameaça, subtraiu os pertences que elas carregavam. Diante dos fatos narrados, considerando o instituto do concurso de crimes e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, Victor praticou:

- A três crimes de roubo, em concurso material, devendo ter as penas dos crimes somadas;
- B três crimes de roubo, em concurso formal impróprio, aplicando-se a regra da exasperação;
- C três crimes de roubo, em concurso formal próprio, devendo ter a pena de um deles aumentada;
- D três crimes de roubo na forma continuada, devendo ter a pena de um deles aumentada;
- E um único crime, devendo responder por roubo simples.

37. Sobre os efeitos da condenação penal, é correto afirmar que a perda de cargo ou função pública é

- A efeito automático na condenação por crime funcional próprio.
- B cabível na condenação a pena privativa de liberdade por crime praticado com abuso de poder ou violação de

dever para com a Administração pública, nos crimes funcionais próprios ou impróprios, desde que a pena seja igual ou superior a um ano.

C efeito automático da condenação quando for aplicada pena privativa de liberdade superior a quatro anos, ressalvados os crimes funcionais.

D cabível na condenação a pena privativa de liberdade por crime praticado com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração pública, nos crimes funcionais próprios ou impróprios, desde que a pena seja igual ou superior a dois anos.

E cabível na condenação a qualquer pena por crime praticado com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração pública, nos crimes funcionais próprios ou impróprios.

38. Para solucionar o conflito aparente de normas, são empregados os princípios da

- A especialidade e da subsidiariedade.
- B especialidade e da proporcionalidade.
- C proporcionalidade e da subsidiariedade.
- D subsidiariedade e da fragmentariedade.
- E fragmentariedade e da especialidade.

39. Segundo o Direito Penal brasileiro, analise os itens abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

A São elementos que integram o fato típico: a conduta humana, o resultado, o nexa causal e a ilicitude.

B São excludentes legais de ilicitude: o estado de necessidade, a legítima defesa, o estrito cumprimento de dever legal, o exercício regular de direito e o consentimento do ofendido.

C Integram o crime tentado: o início da execução e a não consumação por circunstâncias alheias à vontade do agente, a qual pode ser dar a título de dolo ou de culpa.

D Sobre a lei penal no tempo, o Código Penal Brasileiro adotou a Teoria da Ubiquidade.

E O crime é consumado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.

40. O agente, nascido no Brasil, que, no estrangeiro, comete delito contra a fé pública do Município de Niterói (RJ), fica sujeito à lei brasileira, nos termos do artigo 7º do Código Penal, se

- A absolvido ou condenado no estrangeiro.
- B absolvido no estrangeiro.
- C condenado no estrangeiro, deixar de cumprir a pena aplicada.
- D a pena cominada ao delito pela legislação penal brasileira for mais branda.
- E for domiciliado no Brasil.

41. O crime impossível ocorre quando

A o crime se consuma, mas o autor é inimputável.

B o crime não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

C o autor age de maneira não intencional, a despeito da consumação.

D o agente atua em estado de necessidade ou em legítima defesa.

E o crime não se consuma por ineficácia absoluta do meio empregado pelo agente.

42. Assinale a opção que apresenta motivos que extinguem a punibilidade.

A Morte do agente; retratação do agente, nos casos em que a lei a admite; e, nos crimes de ação privada, renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito.

B Anistia, graça ou indulto; retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso; e, nos casos de crimes patrimoniais, reparação do dano.

C Prescrição, decadência ou preempção; renúncia do direito de queixa ou perdão aceito, nos crimes de ação pública; e prescrição, decadência ou preempção.

D Casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes definidos na Parte Especial do Código Penal; morte do agente; e prescrição, decadência ou preempção.

E Anistia, graça ou indulto; retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso; perdão extrajudicial, concedido pela vítima nos crimes praticados sem violência ou grave ameaça.

Direito Processual Penal

43. Relativamente aos princípios processuais penais, é incorreto afirmar que:

A o princípio da presunção de inocência recomenda que em caso de dúvida o réu seja absolvido.

B o princípio da presunção de inocência recomenda que processos criminais em andamento não sejam considerados como maus antecedentes para efeito de fixação de pena.

C os princípios do contraditório e da ampla defesa recomendam que a defesa técnica se manifeste depois da acusação e antes da decisão judicial, seja nas alegações finais escritas, seja nas alegações orais.

D o princípio do juiz natural não impede a atração por continência nos casos em que o co-réu possui foro por prerrogativa de função quando o réu deveria ser julgado por um juiz de direito de primeiro grau.

E o princípio da vedação de provas ilícitas não é absoluto, sendo admissível que uma prova ilícita seja utilizada quando é a única disponível para a acusação e o crime imputado seja considerado hediondo.

44. Quanto ao inquérito policial, assinale a alternativa correta.

A Uma vez formalizado o relatório final do inquérito policial pelo Delegado de Polícia, o Ministério Público não poderá determinar o retorno dos autos à delegacia de polícia.

B Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de polícia.

C Nos crimes perseguíveis por ação penal pública incondicionada, o indiciamento formal do acusado é condição de procedibilidade para a instauração de processo criminal.

D Nos crimes perseguíveis por ação penal privada, não caberá instauração de inquérito policial.

E Nos crimes hediondos perseguíveis por ação penal pública incondicionada, o inquérito policial será indispensável para o oferecimento de denúncia.

45. Maria tem seu veículo furtado e comparece à Delegacia de Polícia mais próxima para registrar a ocorrência. O Delegado de Polícia instaura inquérito policial para apuração do fato. Esgotadas todas as diligências que estavam a seu alcance, a Autoridade Policial não consegue identificar o autor do fato ou recuperar a res furtiva. Assinale a alternativa que indique a providência que o Delegado deverá tomar.

A Relatar o inquérito policial e encaminhar os autos ao Ministério Público para que este promova o arquivamento.

B Promover o arquivamento do inquérito policial, podendo a vítima recorrer ao Secretário de Segurança Pública.

C Relatar o inquérito policial e encaminhar os autos ao Secretário de Segurança Pública para que este promova o arquivamento.

D Manter os autos do inquérito policial com a rotina suspenso, até que surja uma nova prova.

E Prosseguir na investigação, pois o arquivamento só é possível quando transcorrer o prazo prescricional.

46. A hipótese abaixo que NÃO será caso de rejeição da denúncia é:

A ser esta manifestamente inepta;

B faltar a esta pressuposto processual;

C faltar uma das condições para o legítimo exercício do direito de ação penal;

D não estar necessariamente instruída com inquérito;

E faltar justa causa para o exercício da ação penal.

47. em relação à ação penal privada, assinale a afirmativa correta.

A O direito de ação na inércia voluntária do ofendido, pode ser exercido por seu cônjuge ou descendente.

B Na ação penal privada vigora o princípio da indisponibilidade.

C Na ação penal privada não se aplica o perdão da vítima como forma de extinção da punibilidade.

D Na ação penal privada vigora o princípio da indivisibilidade.

E São modalidades: exclusivamente privada, personalíssima, subsidiária da pública e condicionada à requisição do Ministro da justiça.

48. Tício, enquanto cumpria pena em regime aberto, praticou fato definido como falta grave, sendo certo que a Lei nº 7.210/84 traz as consequências diante de tal comportamento. Considerando as previsões do diploma legal mencionado e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

A o reconhecimento de falta grave independe de procedimento administrativo ou judicial, bastando declaração do diretor do estabelecimento penitenciário;

B o reconhecimento de falta grave depende da instauração de procedimento administrativo e, diante dessa natureza, dispensa a exigência de defesa técnica;

C o reconhecimento regular de falta grave pode justificar a regressão per saltum do regime de cumprimento de pena;

D o reconhecimento regular de falta grave pode justificar a perda de todos os dias remidos;

E o reconhecimento regular de falta grave interrompe o prazo para fim de comutação de pena.

49. Enquanto Pedro estava praticando um crime de furto em um carro localizado na rua, Antônio, que morava na casa da frente, contactou o seu advogado e perguntou quem poderia prendê-lo. À luz da sistemática afeta aos direitos e garantias constitucionais, o advogado respondeu corretamente que, naquele instante, Pedro

A apenas poderia ser preso por ordem do Delegado de Polícia.

B apenas poderia ser preso pelo proprietário do veículo.

C apenas poderia ser preso se houvesse ordem judicial.

D poderia ser preso por qualquer do povo.

E apenas poderia ser preso pela polícia.

50. Em relação às prisões cautelares, é correto afirmar que:

A a gravidade da imputação, presente o princípio da não culpabilidade, é capaz, por si só, de levar à prisão provisória;

B a alegação de excesso de prazo da prisão preventiva não fica superada pela superveniência da sentença condenatória;

C o modus operandi da prática delitiva, a revelar a periculosidade in concreto do réu, constitui justificativa idônea da prisão preventiva para garantia da ordem pública;

D é válida a utilização de fundamento para manutenção da prisão cautelar referente a elementos da execução da pena;

E a possibilidade de reiteração criminosa e a participação em organização criminosa não são motivos idôneos para a manutenção da custódia cautelar.

51. Tício é funcionário auxiliar da justiça de certo cartório de Vara Criminal. Ao atuar em determinado procedimento, verifica que Mévio, que é seu credor em razão de empréstimo, figura como réu na ação penal. Identificada tal situação, é correto afirmar que Tício:

A não poderá participar da ação penal em razão da causa de suspeição prevista no Código de Processo Penal, tendo em vista que as prescrições sobre suspeição dos juízes estendem-se aos serventuários e funcionários da justiça;

B poderá participar da ação penal, tendo em vista que ser credor da parte não configura causa de impedimento e nem suspeição do magistrado a ser estendida ao funcionário auxiliar da justiça;

C não poderá participar da ação penal em razão da causa de impedimento prevista no Código de Processo Penal, tendo em vista que as prescrições sobre impedimento dos juízes estendem-se aos serventuários e funcionários da justiça;

D poderá participar da ação penal, tendo em vista que as prescrições sobre suspeição e impedimento dos juízes não se aplicam aos serventuários e funcionários da justiça;

E poderá participar da ação penal, tendo em vista que ser credor da parte é causa de impedimento e apenas as prescrições sobre suspeição dos juízes, de acordo com o Código de Processo Penal, aplicam-se aos funcionários da justiça.

52. Aponte a resposta correta.

A O assistente da acusação possui legitimidade para aditar a ação penal oferecida pelo Ministério Público, sempre que ela for de caráter condicionado à representação.

B O agente do Ministério Público que houver atuado na fase de investigação criminal está impedido de oferecer a ação penal pública e atuar ao longo de toda a fase processual.

C A exceção de suspeição do agente do Ministério Público só poderá ser apresentada quando ele estiver

atuando como autor da ação penal, e não quando atuar no processo como custos legis.

D O agente do Ministério Público, que no primeiro grau de jurisdição houver se pronunciado sobre questão de fato ou de direito em determinado processo penal, está impedido de nele atuar como custos legis no segundo grau de jurisdição.

E O assistente do Ministério Público pode recorrer extraordinariamente de decisão concessiva de habeas corpus.

53. Quanto à intimação da sentença, é correto afirmar que:

A se dará mediante edital, no caso de infração afiançável, ainda que o réu tenha constituído advogado e este tenha sido intimado;

B é presumida quando o réu constitui advogado particular;

C a do Ministério Público se dará mediante mandado a ser cumprido por oficial de justiça;

D quando o réu constituir defensor, se dará na pessoa deste;

E será pessoal, no caso de réu preso.

54. O processo, no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, é regido pelos princípios:

A da integralidade e da consumação;

B da oralidade e da consumação;

C da oralidade e da integralidade;

D da oralidade e da economia processual;

E da informalidade e da integralidade.

55. Uma família recusou-se a vacinar seu filho recém-nascido e foi denunciada ao Conselho Tutelar. Considerando a situação acima e o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a afirmativa correta.

A O Estado não deve legislar sobre a obrigatoriedade de vacinas.

B O Conselho Tutelar não deve interferir em casos dessa natureza.

C O Conselho Tutelar deve aprovar (ou reprovar) as motivações alegadas pelas famílias.

D O Estado deve garantir vacinas, mas sua aplicação é facultada à decisão familiar.

E O Estado deve obrigar a vacinação nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.

56. À luz do que disciplina o Código de Processo Penal sobre o incidente de falsidade,

A a decisão irrecorrível não fará coisa julgada em prejuízo de ulterior processo penal ou civil.

B a decisão irrecorrível só fará coisa julgada nos autos da ação penal movida pelo Ministério Público para apurar a autoria da falsidade.

C tendo em vista o princípio da imparcialidade, não é possível que o juiz, de ofício, proceda à verificação da falsidade.

D não há previsão legal sobre a possibilidade de diligências no curso do incidente.

E é desnecessária a exigência de poderes especiais, na arguição de falsidade, feita por procurador constituído.

Direito Penal Militar

57. Nos termos do Código Penal Militar, no que concerne à equiparação do militar inativo (integrante da reserva ou reformado) a militar da ativa, é correto afirmar que

A somente ocorrerá a equiparação do militar inativo ao ativo, na hipótese de cometimento de crime propriamente militar.

B a legislação foi alterada, retirando-se a possibilidade de o militar inativo se equiparar ao militar da ativa.

C o militar inativo cometerá os crimes militares previstos para o militar ativo, exceto com relação ao crime de deserção.

D o militar inativo empregado na administração militar equipara-se ao militar em situação de atividade, para o efeito da aplicação da lei penal militar.

E mesmo sendo inativo, o militar cometerá todos os crimes militares previstos para o militar ativo.

58. Considere o seguinte caso hipotético: um Soldado do Exército deixa de comparecer e cumprir a escala de serviço e, após ingerir bebida alcoólica, é surpreendido por um Sargento do Exército de serviço, dormindo profundamente, no interior de seu veículo particular, estacionado no pátio da Unidade Militar. Diante apenas das informações contidas no enunciado, é correto afirmar que o Militar

A cometeu o crime de abandono de posto.

B não cometeu qualquer crime militar.

C cometeu o crime de dormir em serviço.

D cometeu o crime de embriaguez em serviço.

E cometeu o crime de desrespeito

59. O crime de desacato a superior classifica-se como:

A de forma vinculada

B complexo

C de concurso necessário

D comum

E propriamente militar

60. Com relação às disposições do Código Penal Militar sobre concurso de agentes, é correto afirmar.

A Não se comunicam as condições ou circunstâncias de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime.

B A punibilidade de qualquer dos concorrentes é dependente da dos outros, determinando-se segundo a sua própria culpabilidade.

C Apenas quem, de forma determinante, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

D O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, em qualquer caso, não são puníveis se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

E Quando o crime é cometido por inferiores e um ou mais oficiais, são estes considerados cabeças, ou seja, os que dirigem, provocam, instigam ou excitam a ação.

61. Roberto Lopes, soldado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, responsável pela custódia do flagranteado Juca Estrela, ao lhe impor intenso sofrimento físico e mental, mediante emprego de violência e grave ameaça, como forma de aplicar castigo pessoal ao custodiado incorre no delito de:

A constrangimento ilegal.

B lesão corporal gravíssima.

C lesão corporal grave.

D maus tratos com aumento de pena.

E tortura com aumento de pena.

62. Assinale a alternativa correta.

A O concerto para a deserção é sancionado em grau máximo com a pena de morte.

B A insubmissão é um crime militar com previsão em tempo de paz e em tempo de guerra, sendo nesta última apenado com a morte.

C A deserção em presença do inimigo em tempo de guerra poderá ser punida, em grau máximo, com a pena de morte.

D Todos os crimes militares em tempo de guerra são punidos com a morte.

E A Constituição Federal revogou a pena de morte do Código Penal Militar.

63. Segundo o Código Penal Militar, é considerado "militar", para efeito de aplicação do direito penal militar, o

A agente de segurança privada portador de arma de fogo.

B militar reformado empregado na administração militar.

C policial rodoviário federal.

D membro do Ministério Público Militar.

E Ministro de Estado da Defesa.

Direitos Humanos

64. Acerca do que dispõe a lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), no que tange à proteção da pessoa com deficiência, é correto afirmar que são considerados especialmente vulneráveis:

- A a criança e o adolescente, com deficiência.
- B a criança, o adolescente e o idoso, com deficiência.
- C a criança, o adolescente e a mulher, com deficiência.
- D a criança, a mulher e o idoso, com deficiência.
- E a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, com deficiência.

65. O sujeito que dispõe em seu estabelecimento comercial regra, recusando ou impedindo acesso ao estabelecimento, negando-se a servir, atender ou receber clientes ou compradores em razão de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional cometerá o delito

- A de calúnia.
- B contra a relação de consumo.
- C de racismo.
- D de injúria preconceituosa.
- E de homofobia.

66. Um determinado Tratado Internacional sobre Direitos Humanos foi assinado em 2009, aprovado no ano seguinte, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, e promulgado pelo Presidente da República em 2011. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, este tratado internacional será equivalente a:

- A Lei ordinária, pois se trata de tratado internacional sobre Direitos Humanos aprovado, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- B Lei ordinária, pois foi aprovado com o mesmo quórum exigido para a aprovação das emendas constitucionais.
- C Emenda constitucional, pois se trata de tratado internacional sobre Direitos Humanos aprovado, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- D Emenda constitucional, quaisquer tratados internacionais aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, são equivalentes às emendas constitucionais.

E Lei complementar, pois, apesar de terem amparo constitucional, apenas poderão possuir status de norma constitucional quando reiterarem ou reprisarem normas constitucionais.

67. O caso Favela Nova Brasília em que o Estado Brasileiro foi julgado perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, trata

- A do direito das minorias, especialmente negros e indígenas.
- B do direito de petição e o acesso à justiça.
- C de violações do direito à vida e à integridade física.
- D do direito à moradia em condições precárias nas grandes cidades.
- E da convivência entre o direito ao meio ambiente e a intervenção humana.

68. Dentre as diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua, segundo o previsto no Decreto nº 7.053/2009, está

- A o atendimento humanizado e universalizado.
- B a valorização e o respeito à vida e à cidadania.
- C o respeito à dignidade da pessoa humana.
- D a integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução.
- E a atualização constante da contagem oficial da população em situação de rua.

69. Assinale a alternativa correta com relação ao conceito de direitos humanos.

- A Direitos humanos é uma forma sintética de se referir a direitos fundamentais da pessoa humana, aqueles que são essenciais à pessoa humana, que precisa ser respeitada pela dignidade que lhe é inerente.
- B Direitos humanos são aqueles que estão previstos de forma expressa em uma Constituição e que se referem somente a direitos das pessoas que respondem a um inquérito ou a um processo penal.
- C Como os direitos humanos são inerentes à natureza humana, somente derivam do espírito humano e não devem ser positivados nas leis.
- D No âmbito da filosofia, a expressão direitos humanos significa a independência do ser humano, tratando exclusivamente do direito de liberdade.
- E Considerando o que prevê a Constituição de 1988, os direitos humanos se dão por meio da propriedade, que se impõe como um valor incondicional e insubstituível, que não admite equivalente.

70. Nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que

- A ninguém será mantido em escravidão, sendo permitida a servidão em algumas situações.

B ninguém será submetido a tratamento ou castigo cruel, sendo admitida a tortura apenas em situações excepcionais.

C todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

D todo ser humano somente será compelido a fazer parte de associações de fins pacíficos.

E todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação independentemente de sua finalidade.

SimuladosBR

PROVA ESCRITA DISCURSIVA

- A Prova Escrita Discursiva possui caráter **eliminatório** e **classificatório**.
- A Prova Escrita Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de **tinta azul** ou **preta**, fabricada em material transparente, e a resposta definitiva deverá ser, obrigatoriamente, transcrita para a **Folha de Textos Definitivos**.
- Será atribuída **nota zero** à questão da Prova Escrita Discursiva que: **a)** for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; **b)** estiver em branco; e/ou **c)** apresentar letra ilegível.
- Na avaliação da Prova Escrita Discursiva, será considerado o **grau de conhecimento** do tema demonstrado pelo candidato, bem como a **fluência** e a **coerência** da exposição.

Narrativa I – Ricardo, prefeito do município Delta, decide reformar a sede da prefeitura. Para tanto, pretende, dentre outras coisas, pintar a fachada do prédio com as cores do partido ao qual é filiado. Questionado, Ricardo confirma que a intenção é homenagear seu partido, que neste ano completa 40 anos de existência. A Secretaria municipal de Obras elaborou o projeto básico e orçou as despesas em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). O prefeito, então, pública edital de licitação, na modalidade concorrência, para a contratação de empresa responsável pelas reformas na sede da prefeitura.

QUESTÃO 01

É lícita a decisão de pintar a fachada do prédio da prefeitura com as cores do partido do prefeito?

QUESTÃO 02

A licitação pode ser realizada na modalidade concorrência?

Narrativa II – Marcelo acumulava dois cargos públicos junto à União, um administrativo, que não exigia qualquer qualificação técnica ou científica, e outro de professor, e havia logrado obter a estabilidade em ambos. Ao ser constatado o referido acúmulo de cargos, ele foi notificado de que deveria optar por um deles no prazo de dez dias, o que não foi por ele realizado. Ato contínuo foi instaurado o respectivo processo administrativo disciplinar, com a constituição de comissão composta por dois servidores estáveis e, na fase instrutória, mediante a garantia da ampla defesa e do contraditório, verificou-se que a acumulação era efetivamente ilícita, de modo que a autoridade competente para o julgamento aplicou a pena de demissão, apesar de Marcelo ter optado pelo cargo de professor um dia antes do término do prazo para a defesa.

QUESTÃO 03

Para a apuração dos fatos imputados a Marcelo, a comissão processante poderia ter a composição que a ela foi conferida? Agiu corretamente a Administração ao aplicar a pena de demissão?

Rascunho

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Gabarito Rascunho

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70										

SimuladosBR

Gabarito

Simulado Grátis II – Polícia Militar do Rio de Janeiro

NÍVEL SUPERIOR

Aluno Oficial / Aspirante-a-Oficial / 2ª Tenente (CFO/PMERJ)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	B	A	B	C	A	A	D	A	A	C	D	D	B	B	A	B	C	E	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	A	C	A	E	A	C	A	B	B	B	A	E	B	D	C	B	A	E	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
E	A	E	B	A	D	D	C	D	C	A	D	E	D	E	A	D	B	E	E
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70										
E	C	B	E	C	C	C	D	A	C										

MODELO DE RESPOSTA – PROVA ESCRITA DISCURSIVA

Não é lícita a decisão de pintar a fachada do prédio da prefeitura com as cores do partido do prefeito. A utilização das cores de partido político nos prédios públicos faz com que a reforma esteja associada à gestão do prefeito, ferindo assim o princípio da impessoalidade e da moralidade.

Nos casos em que couber tomada de preços (o orçamento da licitação é inferior ao limite previsto no Art. 23, inciso I, alínea b, da Lei nº 8.666/93), a Administração poderá utilizar a modalidade concorrência, por se tratar de uma modalidade de maior complexidade

Poderia sim ter esta composição. A comissão responsável pelo procedimento administrativo sumário relativo à acumulação ilegal de cargos pode ser composta de dois servidores estáveis.

Não agiu corretamente, Marcelo optou pelo cargo de professor antes do último dia para a apresentação da defesa, o que caracteriza sua boa-fé; em relação ao outro cargo, deveria ser automaticamente convertido em pedido de exoneração